

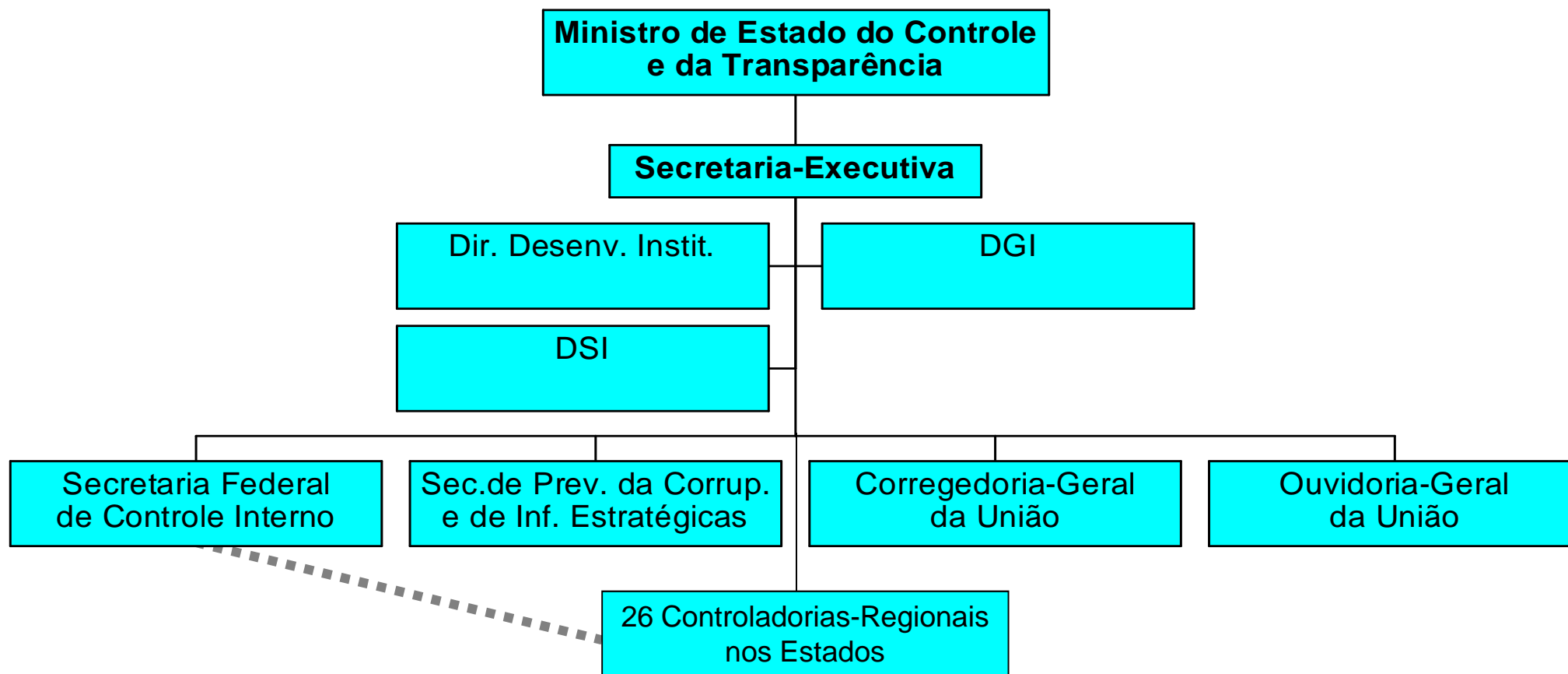
Controladoria-Geral da União

Desafios do controle - agregar valor à gestão por intermédio das auditorias de projetos de recursos externos

ÍNDICE

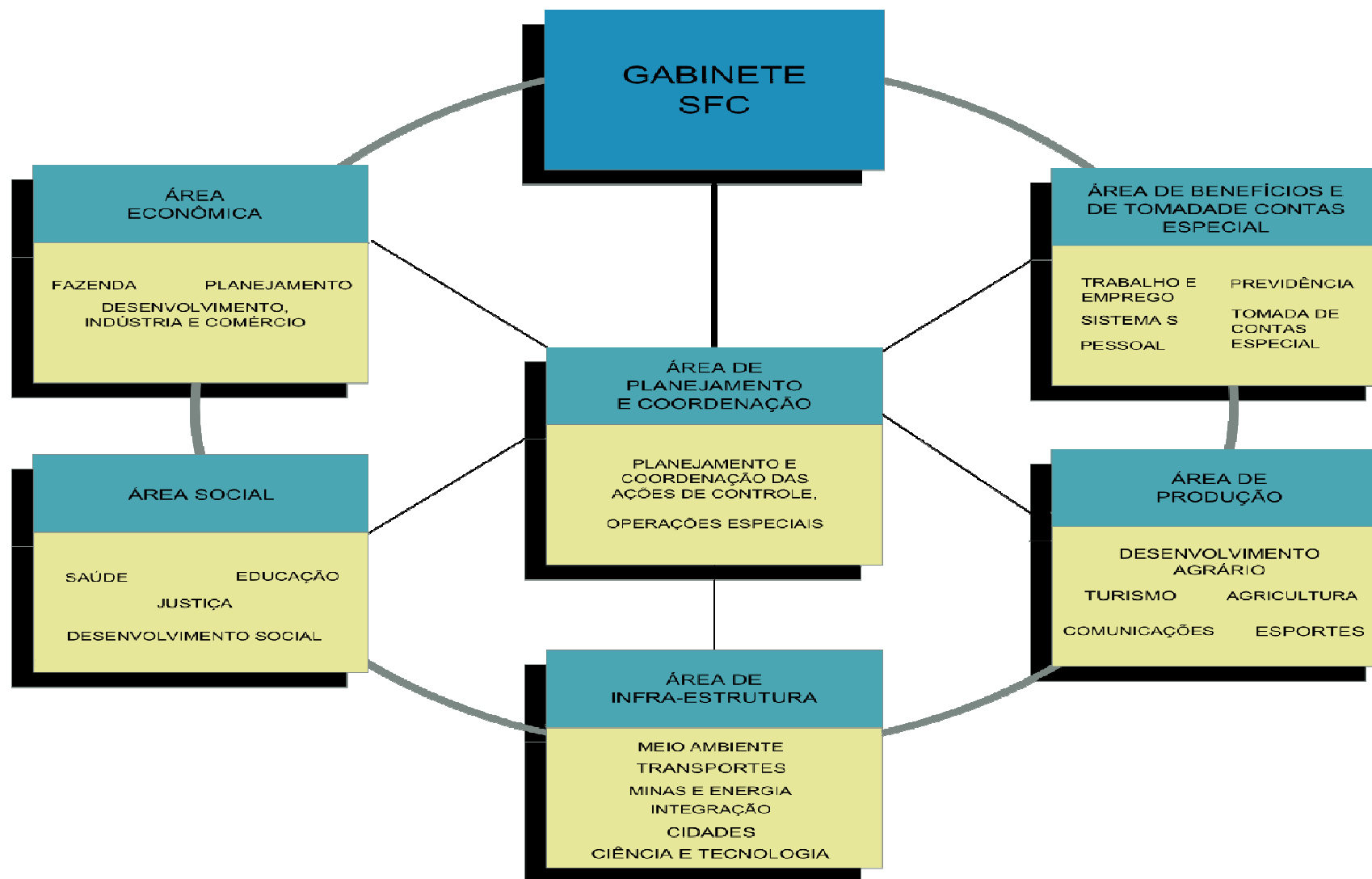
- 1 – A **estrutura** da Controladoria-Geral da União
- 2 – As **atribuições** da Secretaria Federal de Controle Interno
- 3 – Principais **desafios** em relação às auditorias e projetos financiados com recursos externos
- 4 – **Metodologia** de trabalho
- 5 – Caso **Bolsa Família**
- 6 – **Perspectivas** para o futuro

1. Estrutura



IV Seminário de Execução Financeira de Projetos Financiados com Recursos Externos

Painel 5 – Desafios dos Controles Internos de Auditoria em relação aos acordos Internacionais



2. Atribuições

Controle Interno: Orientação, Auditoria e Fiscalização

- Controle da execução dos programas de governo;**
- Investigação e apuração de denúncias;**
- Auditoria de Contas Anuais dos administradores públicos federais, inclusive dos financiamentos externos;**
- Orientação preventiva aos gestores públicos;**

3. Principais Desafios

- i) Privilegiar o caráter preventivo do Controle Interno, mediante:
- Ações de orientação sobre gestão de projetos
 - Atuação tempestiva (=preventiva), visando detectar os potenciais problemas dos projetos antes de sua consumação
- ii) Compatibilizar os diversos interesses e procedimentos dos agentes envolvidos na execução de ações de governo que contemplam financiamentos externos ou cooperação internacional (Ex.: projetos financiados implementados mediante a participação de agentes de cooperação técnica internacional).

IV Seminário de Execução Financeira de Projetos Financiados com Recursos Externos

Painel 5 – Desafios dos Controles Internos de Auditoria em relação aos acordos Internacionais

iii) Compatibilizar o escopo amplo das auditorias tradicionais demandadas pelos Bancos com a abordagem de risco (hierarquização, priorização de ações e identificação de pontos críticos) que a SFC/CGU aplica no acompanhamento dos programas de governo.

iv) Compatibilizar as demandas dos Bancos para o desenvolvimento de sistemas contábil-financeiros, demonstrativos financeiros, processos de compras e normas de auditorias próprios, com a utilização plena de sistemas nacionais.

IV Seminário de Execução Financeira de Projetos Financiados com Recursos Externos
Painel 5 – Desafios dos Controles Internos de Auditoria em relação aos acordos Internacionais

- v) Interação com os gestores e capacitação dos agentes públicos quanto a sua real responsabilidade pelo Controle (primário) como instrumento inerente à Gestão.
- vi) Compatibilizar prazos de entrega e formato de relatórios para o governo e para os Bancos financiadores.

3.1 O Caráter Preventivo do Controle Interno

O caráter preventivo é uma característica fundamental do controle interno. O estabelecimento de rotinas de verificação e revisão da gestão pública, reduzem a possibilidade de erros ou ou pior, de fraudes.

- Observatório da gestão pública -rastreamento de informações
- Trilhas de controle - acesso on-line aos sistemas corporativos do Governo
- Auditorias de acompanhamento
- Revisões com periodicidade menor que o ano fiscal
- Acompanhamento sistemático de programas de governo
- Planos de providências dos gestores públicos

3.2 Conjugação de interesses de diversos agentes

Cooperação Técnica

- CDR - Relatórios de Gastos
- Reuniões Tripartites
- PRODOC - Documento de projeto
- Linhas Orçamentárias

- Formalização de Convênios
- Análise Custo x Benefício
- Apropriação SIAFI/Orçamento
- Utilização de legislação aplicável

- Liberação de Recursos para CTI

- . Pessoal
- . Suprimento B/S
- . Controles da Gestão
- . Patrimônio
- . Efetividade

Agencias Executoras (Gov. Federal)

- . Não Objeção Bancos
- . Relatórios de Progresso

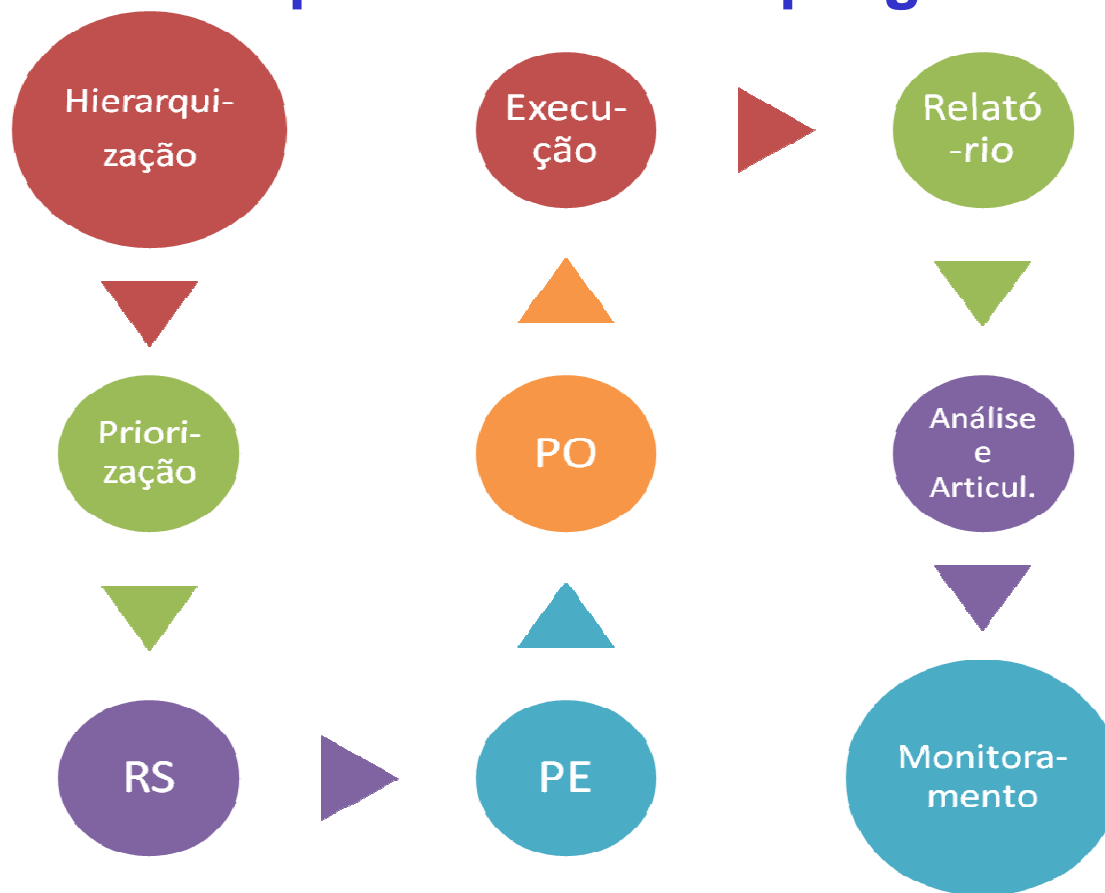
- SWAP x Desempenho
- Gerenciamento de adiantamentos da STN/MF

- Cláusulas Contratuais
- Demonstrações Financeiras
- Pareceres
- Conta Especial
- Categorias de Gasto
- Apropriação de Impostos

Financiamento BID/BIRD

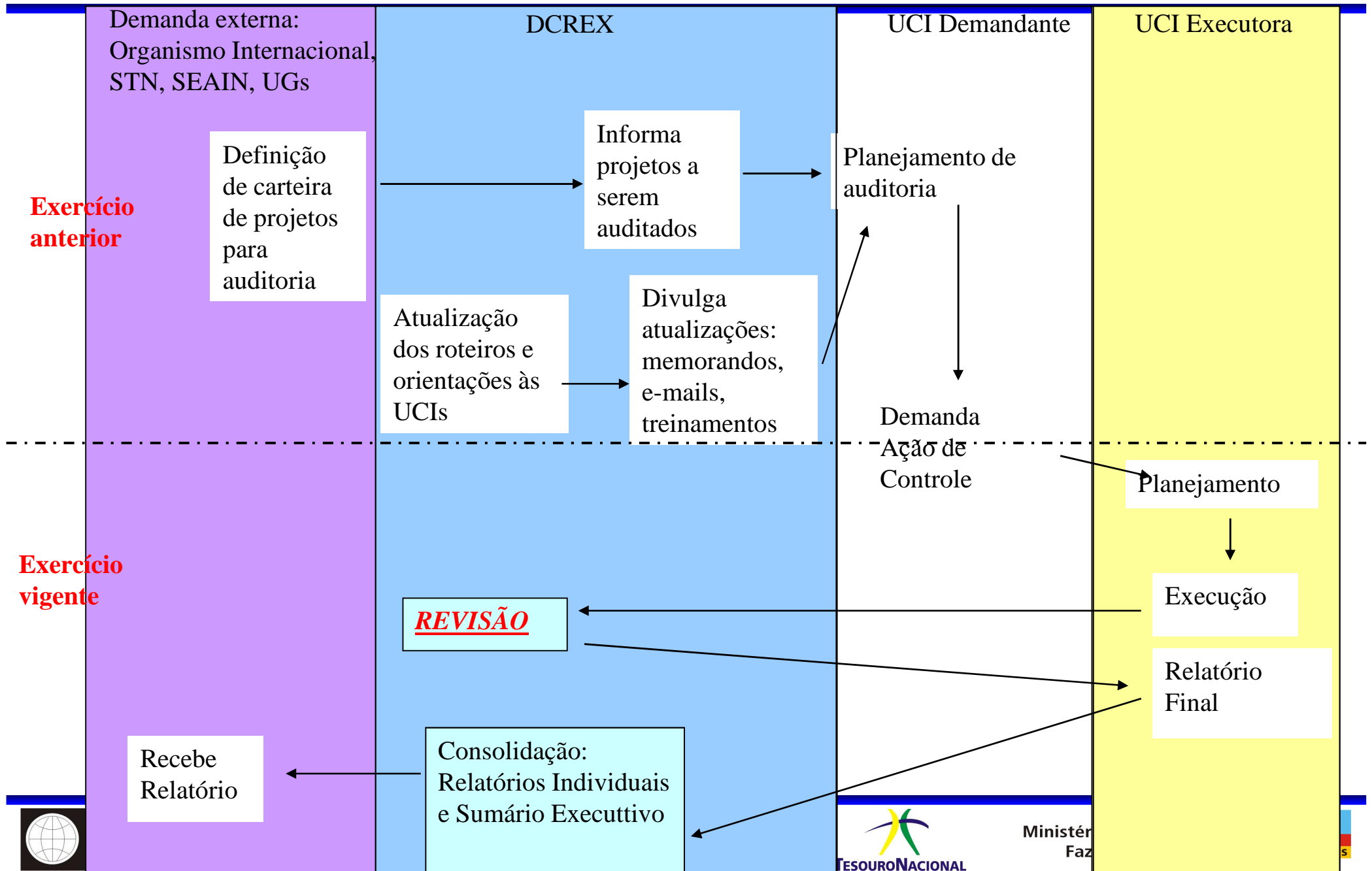
3.3 Compatibilização

Em relação aos desafios de compatibilização temos por um lado a metodologia de trabalho - **acompanhamento de programas**

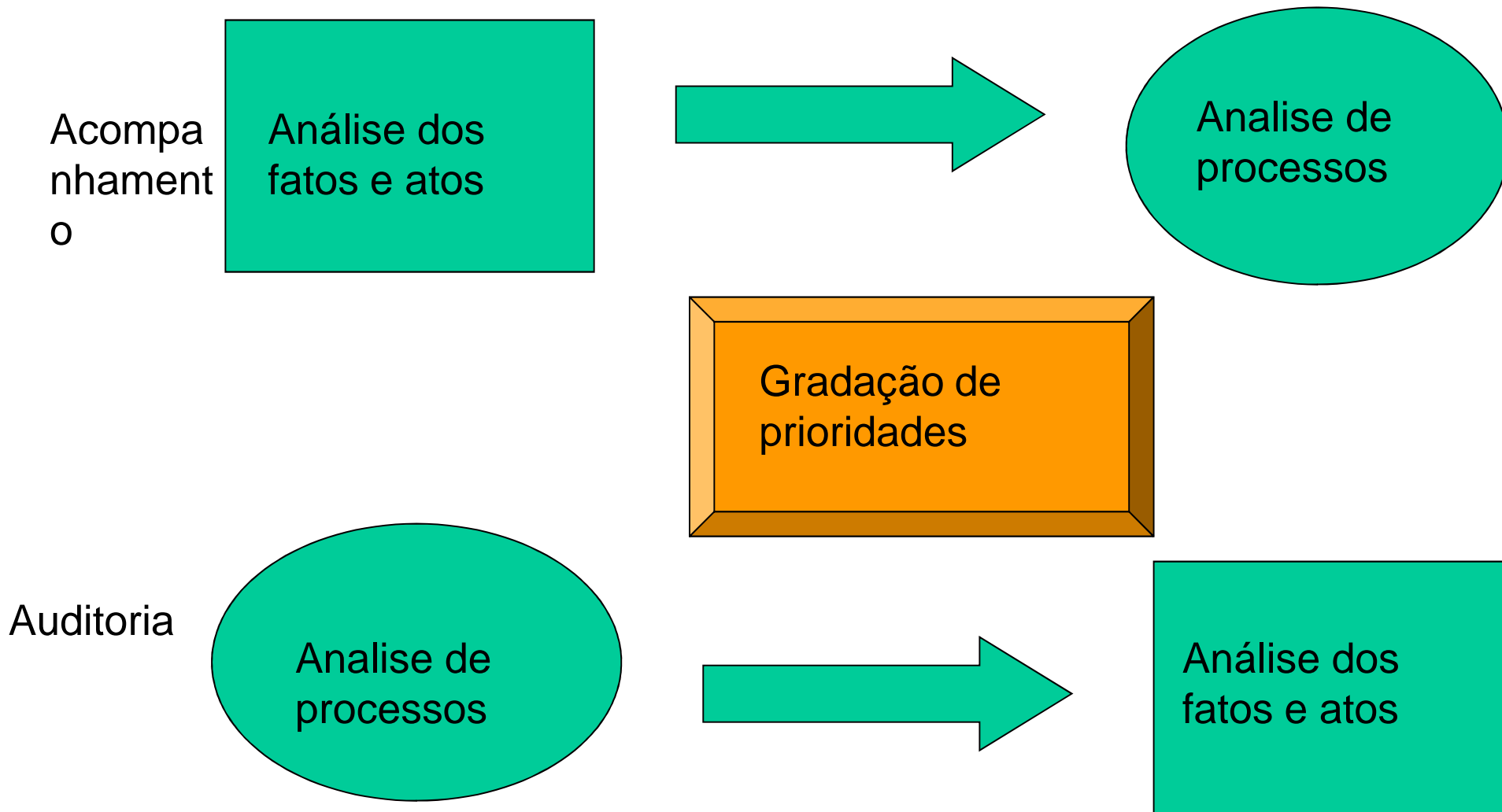


IV Seminário de Execução Financeira de Projetos Financiados com Recursos Externos
 Do outro lado - Fluxo operacional das Auditorias de R. EX.

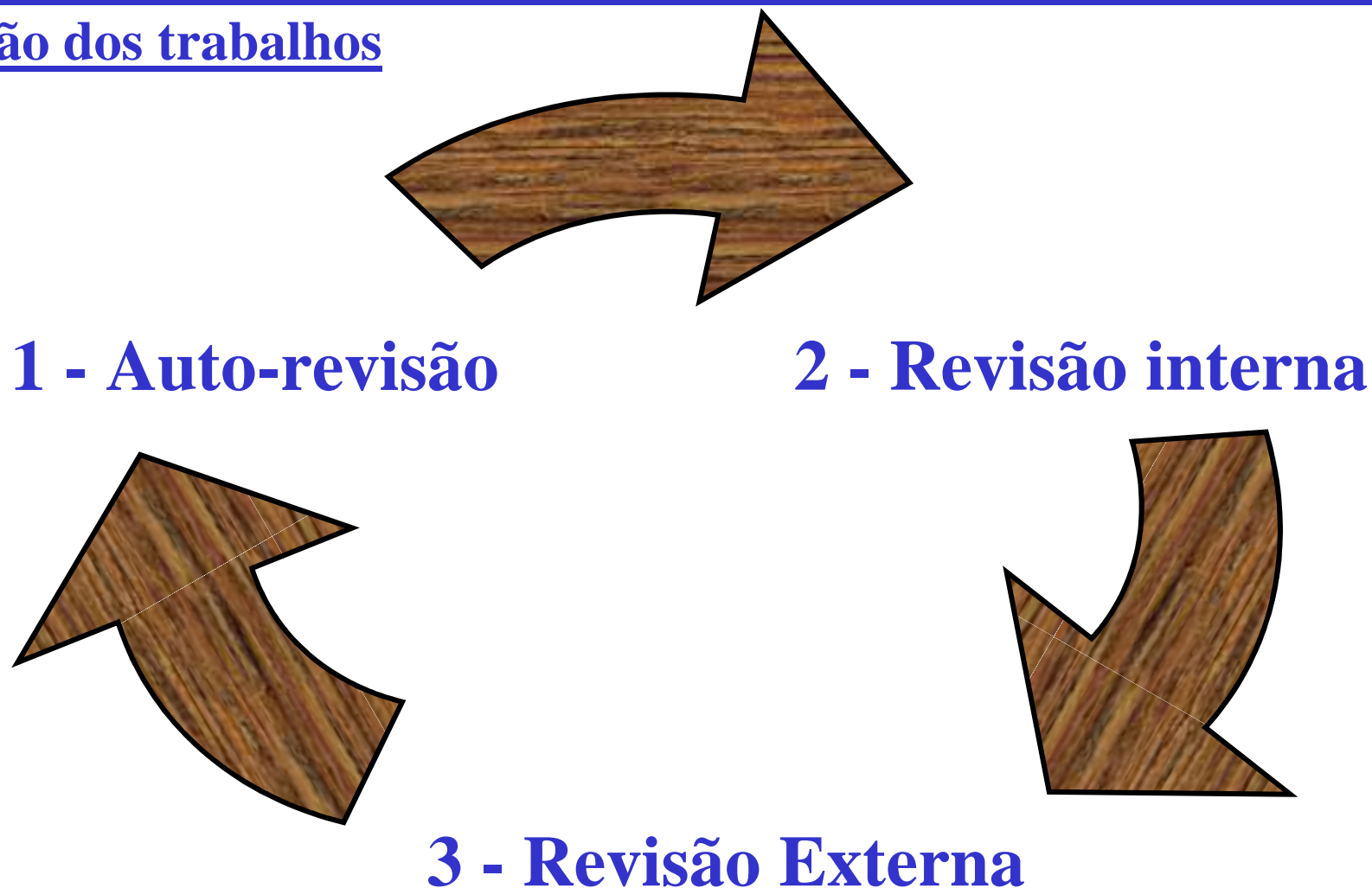
Painel 5 – Desafios dos Controles Internos de Auditoria em relação aos acordos Internacionais



ABORDAGENS COMPLEMENTARES



3.3.1 - Instrumentos para a Compatibilização - A revisão de qualidade e a supervisão dos trabalhos



A revisão comparada

Analisar o monitoramento anualmente, para identificar **questões sistêmicas** para de ações corretivas.

GAO-03-673G Government Auditing Standards – Pag. 91

Correlacionar tamanho, complexidade do objeto auditado com a **experiência** do revisor.

International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing – ISPPIA - Capítulo 1300 - Programa de Garantia de Qualidade e Melhoria

Avaliações **periódicas** internas e externas.

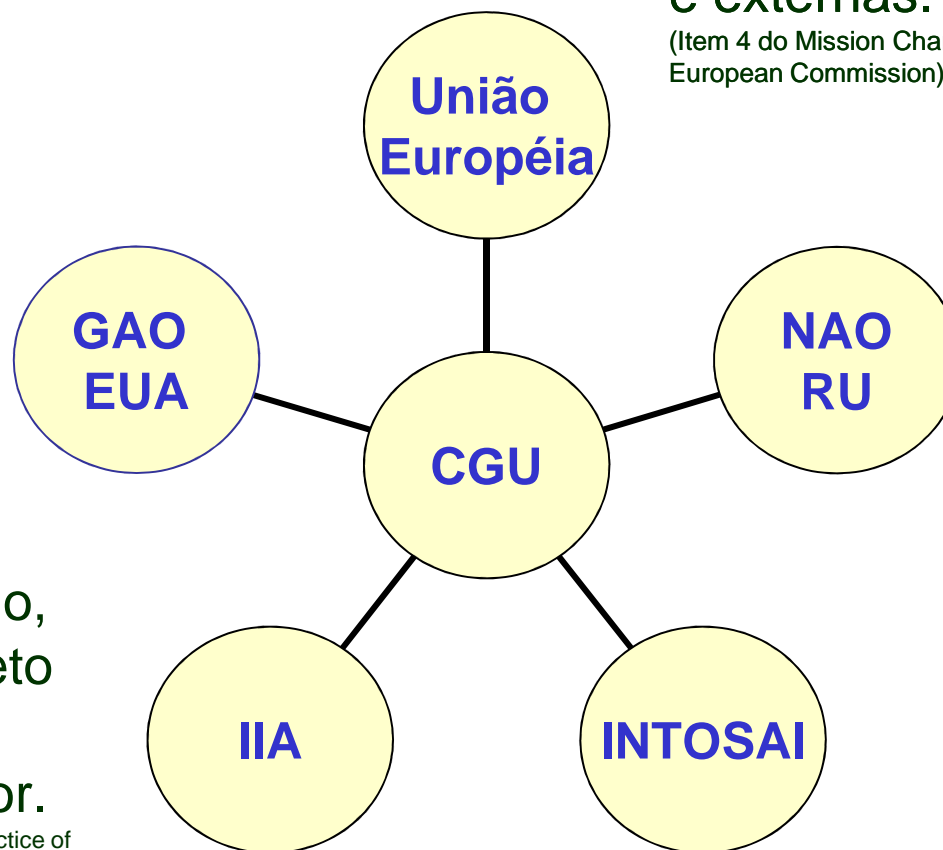
(Item 4 do Mission Charter of the internal audit service of the European Commission)

Revisão em **dois estágios** (detalhada e geral)

(National Audit Office – The Audit Manual – pag. 14)

Promover melhorias e evitar a **repetição de falhas**.

Normas de Auditoria do Intosai – item 112



Supervisão dos trabalhos

A Supervisão se dá em todas as etapas do trabalho no sentido de:

- i. acompanhar a atuação das equipes de auditoria em campo;
- ii. emitir/revisar as solicitações e notas de auditoria encaminhadas ao gestor;
- iii. garantir o atendimento às condições e prazos estabelecidos;
- iv. participar das interlocuções junto ao gestor (busca de soluções) e
- v. conduzir a reunião de encerramento dos trabalhos.

4. Utilização de Sistemas Nacionais

A Utilização dos sistemas nacionais (SIAFI, SIAPE, SICONV; SICAF e outros) é uma das bandeiras do controle interno no sentido de:

- Padronização de procedimentos;
- Fortalecimento do ambiente de controle primário dos projetos;
- Universalidade do acesso à informação;
- Facilitar o compartilhamento de dados e cruzamento de informações;
- Economia de investimento em desenvolvimento de sistemas;
- Transparência

A contrapartida Brasileira - garantir a aderência dos sistemas aos princípios contábeis, administrativos e financeiros aceitáveis internacionalmente e garantir a fidedignidade e integralidade dos dados

5. Interação com os gestores

A interação com os gestores consiste em uma contínua interlocução entre a SFC/CGU com os gestores de projetos, com os organismo internacionais e com os órgãos centrais do Governo participantes do ciclo de negociação, aprovação, monitoramento, execução, controle e avaliação dos projetos internacionais, contemplando as seguintes etapas:

- i. 1ª Etapa – Apresentação e negociação de cartas consulta, memorandos de entendimento, termos de referência, documentos de projetos e qualquer outro documento de apresentação e negociação de acordos e contratos internacionais;
- ii. 2º Etapa – Execução de contratos firmados.
- iii. 3ª Etapa – Elaboração de Relatórios de progresso dos projetos e Demonstrações financeiras para os organismos internacionais

5. Interação com os gestores (continuação)

iv. 4ª Etapa - Realização dos trabalhos de campo pela CGU, relativos às Auditorias Anuais das contas dos projetos;

v. 5ª Etapa – Encaminhamento aos gestores de projetos do relatório preliminar de auditoria;

vi. 6ª Etapa – Reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria.

vii. 7ª Etapa – Acompanhamento das recomendações e soluções implantadas

viii 8ª Etapa – Acompanhamento das repercussões dos relatórios junto à SEAIN/MP, STN/MF, PGFN/MF, ABC/MRE, TCU e aos Organismos Internacionais.

6. Prazos e Formatos de Relatórios

- Por força dos normativos dos Organismos Internacionais, existem obrigações em apresentar relatórios dentro de prazos pré-estabelecidos e em formatos também definidos nos contratos com os organismos ou negociadas com o governo brasileiro.
- As dificuldades em relação a isto são que, a CGU tem seus próprios modelos de relatórios, metodologias e prazos de atuação, que são impactados pelas normas internas de controle. Por serem diferentes em forma, conteúdo e periodicidade, as normas dos organismos acabam criando dificuldades para a realização dos trabalhos.
- A proposta ideal seria a adoção dos critérios nacionais de auditoria e prestação de contas, adaptados a algumas especificidades da norma internacional, principalmente em relação à qualidade e conteúdo e não à forma

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programas Bolsa Família - PBF é um programa de transferência direta de renda às famílias, mediante estabelecimento de condicionalidades.

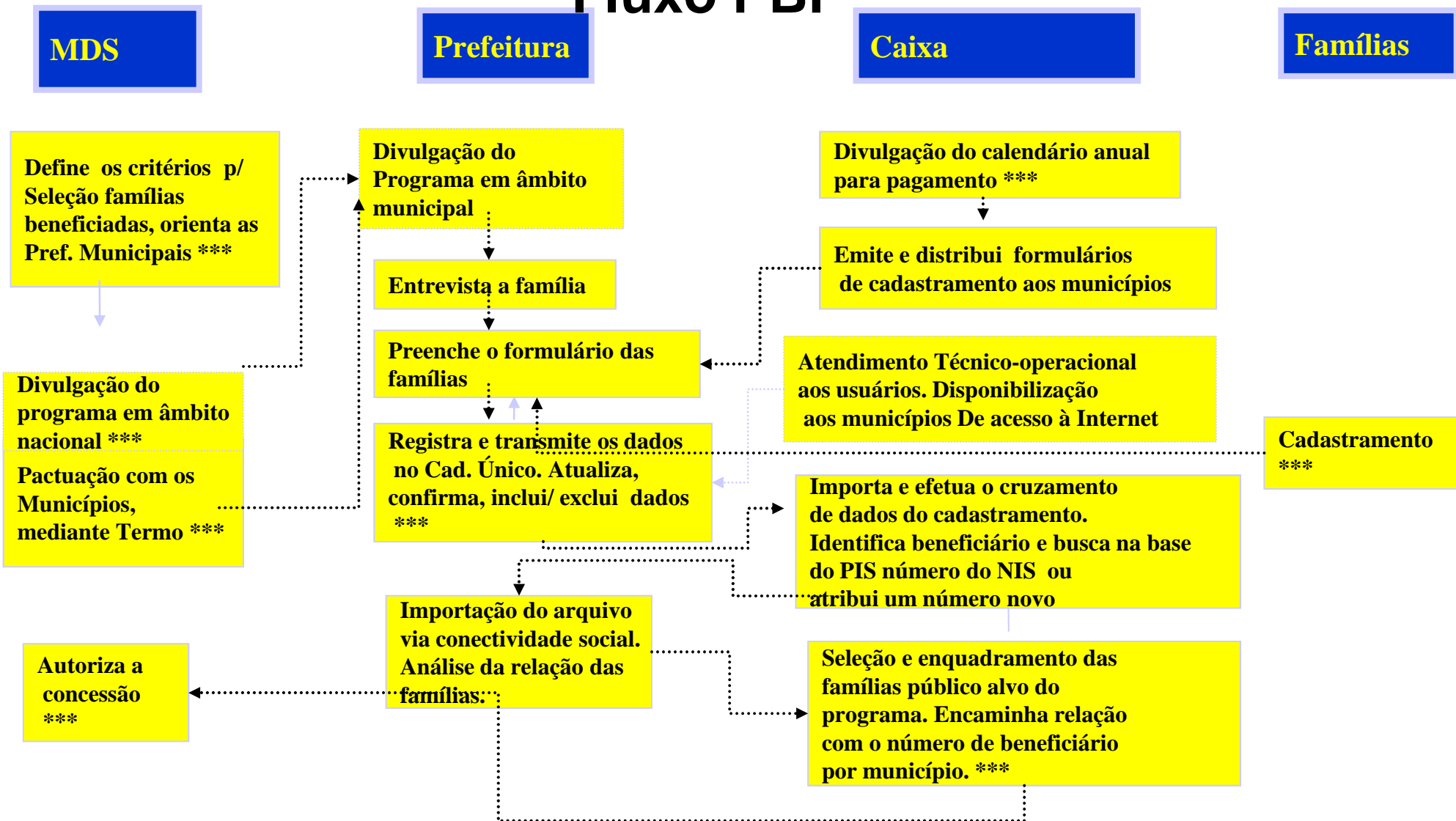
- Custo total acumulado de 2003 a 2008 - **R\$ 41 bilhões**
- Custo total das atividades do Programa em 2007 foi de **US\$ 7,6 bilhões** (valores em reais convertidos em dólares).
- Os recursos Banco Interamericano de Desenvolvimento - **BID** - Contrato de Empréstimo 1609/OC-BR - **US\$ 1,0 bilhão** - US\$ 983,4 milhões destinados ao reembolso de parte das despesas pagas como os programas Bolsa Família e PETI e US\$ 16,6 milhões destinados a despesas relacionadas com o fortalecimento institucional e com administração e supervisão
- Os recursos do Banco Mundial - **BIRD** - Acordo de Empréstimo nº 7234-BR - **US\$ 569 milhões**.

AS AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS

- fiscalização **sistemática** das ações de governo
- realização de Auditorias **Anual** de Contas;
- a realização de auditorias nos **acordos/contratos** de empréstimo;
- a realização de auditorias nos **termos de cooperação técnica** internacional;
- a realização de fiscalizações mediante **sorteio** público de municípios;
- a realização de ações de controle para atendimento de **demandas externas** (denúncias, representações, etc.).

IV Seminário de Execução Financeira de Projetos Financiados com Recursos Externos
Painel 5 – Desafios dos Controles Internos de Auditoria em relação aos acordos Internacionais

Fluxo PBF



ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO CONTROLE

- No **município/família** (processo de divulgação, de cadastramento das famílias, de acompanhamento das condicionalidades e mecanismos de controle);
- Na **Caixa** Econômica Federal (controle e distribuição dos cartões para saque do benefício)
- Na instância de **controle social** (existência e atuação)
- **Gestor** federal (acompanhamento; aperfeiçoamento dos mecanismos de controle; tomada de providências nos problemas identificados; apresentação de contas ao governo e aos agentes financiadores - análise de demonstrações financeiras)

IV Seminário de Execução Financeira de Projetos Financiados com Recursos Externos
 Painel 5 – Desafios dos Controles Internos de Auditoria em relação aos acordos Internacionais

Acompanhamento Sistemático 2007

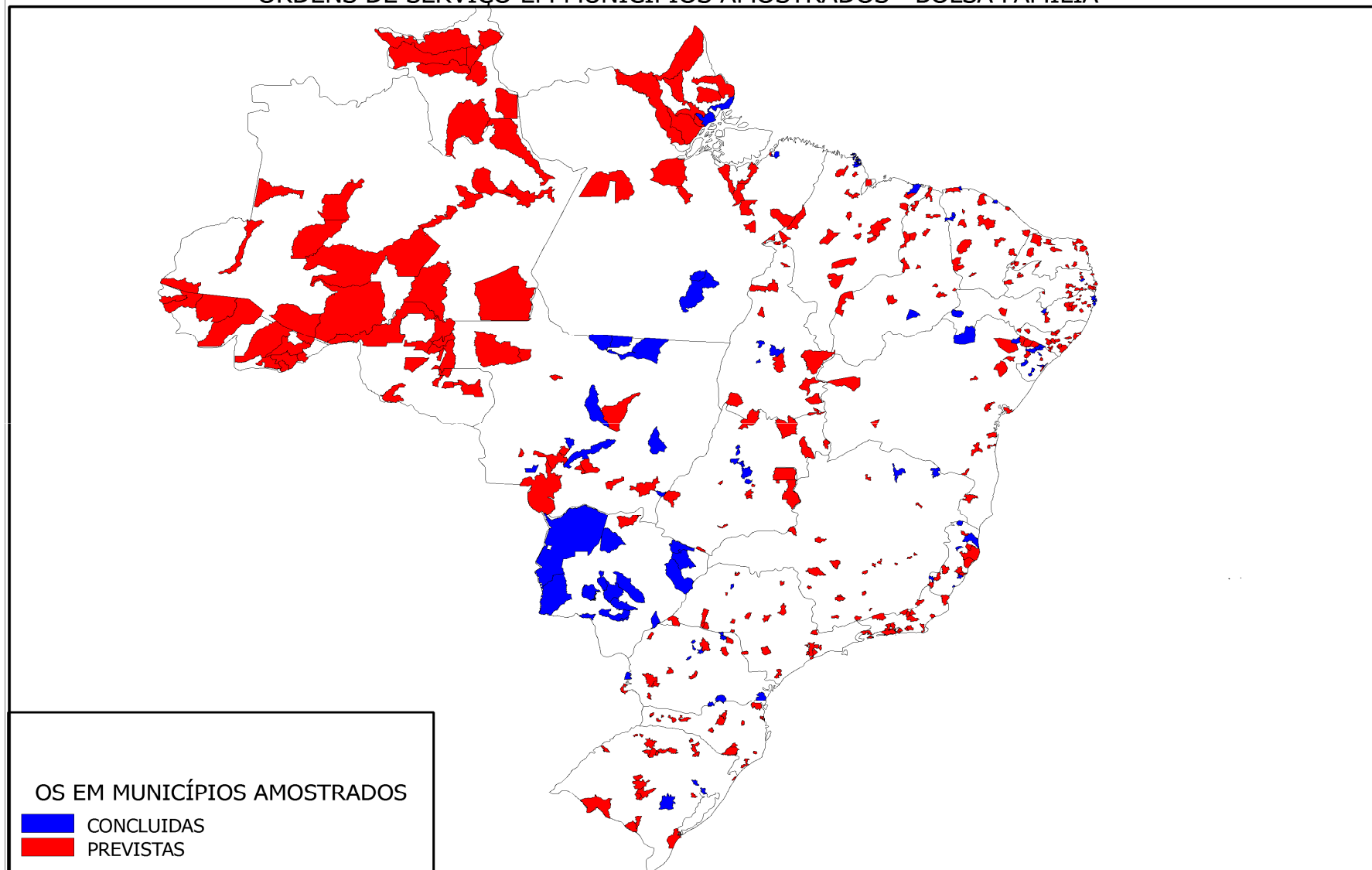
	Pop. 2006 (em milhões)	Famílias Atend. PBF (em mil)	Amostra de Municípios Famílias CGU	Fisc. CGU
AC	0,7	52	387	11
AL	3,1	339	518	16
AM	3,3	210	511	16
AP	0,6	33	310	9
BA	14,0	1.398	615	17
CE	8,2	880	681	16
DF	2,4	39	309	1
ES	3,5	188	690	16
GO	5,7	258	929	20
MA	6,2	724	689	19
MG	19,5	1.088	633	21
MS	2,3	111	927	16
MT	2,9	132	790	20
PA	7,1	525	591	15
PB	3,6	414	782	17
PE	8,5	874	942	17
PI	3,0	367	524	17
PR	10,4	426	790	20
RJ	15,6	461	670	20
RN	3,0	298	532	17
RO	1,6	95	389	14
RR	0,4	32	237	8
RS	11,0	414	982	25
SC	6,0	136	483	19
SE	2,0	186	910	15
SP	41,1	1.063	805	24
TO	1,3	106	426	15
Total	186,8	10.850	17.052	441

Fonte: IBGE e Ativa (CGU)

IV Seminário de Execução Financeira de Projetos Financiados com Recursos Externos

Painel 5 – Desafios dos Controles Internos de Auditoria em relação aos acordos Internacionais

ORDENS DE SERVIÇO EM MUNICÍPIOS AMOSTRADOS - BOLSA FAMÍLIA



Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos

Ano	2005	2006	2007
Municípios fiscalizados	243 municípios visitados	174 municípios visitados	183 municípios visitados
Ausência de mobilização da PM para sensibilizar as famílias	40%	21%	16%
Controle social não foi constituído	26%	6%	9%
Famílias com evidências de renda per capita superior à estabelecida no programa	7%	5%	5%

5. Perspectivas para o futuro

- **Utilização dos trabalhos dos órgãos de controle**, em todas as esferas de governo, como forma de atuação preferencial (**facilidade de acesso** aos sistemas corporativos de governo, **independência técnica** e **economia** de recursos).
- **Capacitação continuada** dos auditores governamentais em auditoria e fiscalização de projetos com participação de organismos internacionais.
- **Racionalização dos processos** de execução de projetos internacionais, por intermédio da utilização plena dos sistemas corporativos de controle contábil-financeiro e gerenciais do governo.

- Realização de **parcerias estratégicas** entre a SFC/CGU e os TCE(s) para o acompanhamento dos projetos federais financiados pelos organismos internacionais de fomento com ações descentralizadas nos estados.
- Adoção de metodologia de acompanhamento dos projetos por intermédio da **avaliação da execução dos programas e ações de governo** implantadas com utilização de fontes externas.
- **Incremento da utilização** de operações de crédito tipo **SWAP**, nas quais os créditos externos estejam vinculados ao financiamento de ações **em andamento** pelo Governo Brasileiro por intermédio de programas estruturados.

IV Seminário de Execução Financeira de Projetos Financiados com Recursos Externos
Painel 5 – Desafios dos Controles Internos de Auditoria em relação aos acordos Internacionais

Setor de Autarquias Sul, Qd 01, Bl A, 8º Andar

Ed. Darcy Ribeiro - CEP: 70070-905

JOSÉ CLÁUDIO FALCÃO SOARES - jose.soares@cgu.gov.br

☎ (61) 3412-6796



<http://www.cgu.gov.br>



Ministério da
Fazenda

